

# COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

## PROJETO DE LEI Nº 1.109, DE 2023

Apensado: PL nº 1.846/2023

Altera a Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014 que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais, para permitir que as Guardas Municipais possam ser formadas, treinadas, capacitadas e aperfeiçoadas pelas Forças Militares Federais e Estaduais e pelos demais órgãos integrantes da Segurança Pública, conforme o disposto no Art. 144 da Constituição Federal.

**Autor:** Deputado SARGENTO PORTUGAL

**Relator:** Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ

## I - RELATÓRIO

Trata-se de alteração do Estatuto Geral das Guardas Municipais (EGGM), mediante inclusão de § 3º ao art. 12, facultando sua capacitação mediante convênio com demais órgãos mencionados no art. 144 da Constituição, ao Município que tenha ou não órgão pertinente. Na Justificação, o ilustre Autor invoca em favor do projeto as próprias competências das guardas municipais, entre as quais, a integração com os demais órgãos, bem como a qualidade da instrução de natureza militar.

Apresentado em 14/03/2023, a 20 do mês seguinte foi distribuído às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), esta, para efeito do disposto no art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos

Apresentação nº 067/06/08/2023 B115 2525183850CSPPCCO

PRL 1 CSPCCO => PL 1109/2023

PRL n.1



Deputados (RICD), sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, em regime de tramitação ordinário.

Em 31/05/2023 foi apensado o PL 1846/2023, do Deputado Dal Barreto - UNIÃO/BA, que “insere o art. 18-A na Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Estatuto das Guardas Municipais, para estabelecer como direito de seus servidores o acesso a armamento adequado, acompanhamento psicológico e capacitação e treinamento permanentes, nos termos que especifica”, inclusive em relação a cursos de tiro. Na Justificação, o digno Autor alega a necessidade de proteção e valorização dos guardas municipais, diante da atividade de risco que exercem, pela manutenção da mente sã como determinante para o sucesso de suas missões.

Tendo sido designado Relator em 04/05/2023, cumprimos então o honroso dever, esclarecendo que no prazo regimental de cinco sessões (de 05/05/2023 a 17/05/2023) não foi apresentada qualquer emenda ao projeto.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão examinar o mérito de matérias que instituem “políticas de segurança pública e seus órgãos institucionais”, nos termos do disposto no RICD (art. 32, inciso XVI, alínea ‘g’), que se amolda, portanto, ao conteúdo da proposição em apreço.

Cumprimentamos o ilustre Autor pela preocupação em dotar o ordenamento jurídico do País de mecanismos que favoreçam a atuação das guardas municipais, em benefício de toda a sociedade e, em especial, valorizando a adequada capacitação e provimento do equipamento necessário ao desempenho de suas funções.

O enfoque deste parecer, portanto, é o de mérito segundo a vocação temática da CSPCCO e a esse respeito apresentamos simples



reparo visando atender aos preceitos e princípios da Lei nº 13022/2014, sem violar os impeditivos definidos na lei que impedem a militarização das Guardas Municipais e sem prejudicar a possibilidade de os Municípios firmarem seus convênios para formação, capacitação e treinamento. Fica a análise definitiva acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa a cargo da comissão pertinente, a CCJC.

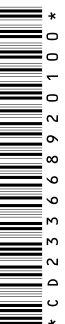
Decidimos, portanto, acatar as duas proposições e tendo em vista imposição regimental, apresentamos Substitutivo, ajustando a redação do texto, modificando o §3 do artigo 12, e acrescentando o artigo 18-A, como contribuição ao relator que nos sucederá na CCJC.

Diante do exposto, votamos pela **APROVAÇÃO** dos **PROJETOS DE LEI Nº 1.109, DE 2023 E 1.846, DE 2023**, na forma do **SUBSTITUTIVO** ora ofertado.

Sala da Comissão, em 31 de julho de 2023.

**DELEGADO PAULO BILYNSKYJ**  
Relator

Apresentação nº 067/09/02/2023 B115 2525185850CSRPLCC  
PRL 1 CSPCCO => PL 1109/2023  
**PRL n.1**



## **COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**

### **SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE LEI Nº 1.109, DE 2023 E 1.846, DE 2023**

Altera a Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014 – Estatuto Geral das Guardas Municipais, dispondo sobre o fornecimento de equipamento adequado, a capacitação por órgãos de segurança pública e o acompanhamento psicológico dos guardas municipais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera dispositivos da Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014 – Estatuto Geral das Guardas Municipais, dispondo sobre o fornecimento de equipamento adequado, a capacitação e o acompanhamento psicológico dos guardas municipais.

Art. 2º A Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, passa a vigorar com alterações no parágrafo §3º do artigo 12, e acrescida do artigo 18-A:

“Art. 12. ....

§ 3º Os Municípios poderão fomentar o ensino, formação, treinamento, capacitação e aperfeiçoamento de suas



guardas municipais mediante convênios com outros órgãos, ressalvadas as restrições previstas nesta lei.” (NR)

“Art. 18-A. É direito dos guardas municipais o acesso a armamento e equipamento adequados, ao acompanhamento psicológico e à capacitação e treinamento permanentes, inclusive em relação a cursos de tiro.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 31 de julho de 2023.

**DELEGADO PAULO BILYNSKYJ**  
Relator

Apresentação nº 067/09/02/2023 B115 2525185850CSRPLCC  
PRL 1 CSPCCO => PL 1109/2023  
**PRL n.1**

